



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 25 | Jul./Dez. de 2021

Sarah Pinho da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.

sarah.silva@aluno.uece.br

OS FEMINISMOS CEARENSES E A DITADURA MILITAR: resistência, identificação, vigilância.

RESUMO

A pesquisa compreendeu os feminismos, a partir de duas organizações cearenses, a UMC e o grupo 4 de Janeiro, durante a ditadura. As fontes foram documentos produzidos pelo SNI, pela UMC e entrevistas. Apreendemos a multiplicidade e as dissidências dos feminismos, além do controle e vigilância sob esses grupos por parte dos militares.

Palavras-chave: Feminismos. Grupo 4 de Janeiro. União das Mulheres Cearenses. Vigilância.

FEMINISMS AND MILITARY DICTATORSHIP: resistance, identification, vigilance.

ABSTRACT

The research understood the feminisms, from two organizations from Ceará, the UMC and the 4 de Janeiro group during the dictatorship. The sources were documents produced by the SNI, the UMC and interviews. We apprehend the multiplicity and dissent of feminisms, in addition to the control and surveillance over these groups by the military.

Keywords: Feminisms. 4 de Janeiro group. União das Mulheres Cearenses. Vigilance.

Introdução¹

Os chamados femininos de Segunda Onda, no Brasil, tiveram seu início, nas décadas de 1970, no período da ditadura militar. Os grupos feministas que começaram a se organizar integravam, também, a resistência à ditadura e se constituíam de maneira diferenciada em relação a outros movimentos ao redor do globo. É importante destacar que esses feminismos guardaram especificidades, quando comparados a diversos grupos estrangeiros, porque o país vivenciava um período autoritário, com prisões, com perseguições e com a constante vigilância do Estado. Nesse sentido, analisamos a organização da União das Mulheres Cearenses e do grupo 4 de Janeiro, os quais se formaram, nas décadas de 1970 e 1980, ainda, no regime militar e como foi a atuação desses movimentos, que tiveram como pautas as demandas feministas: sexualidade, corpo, métodos contraceptivos e outras, além do combate à ditadura militar no país.

O golpe militar de 1964 instaurou, no Brasil, uma ditadura militar que perdurou por 21 anos. Esse período foi marcado pela arbitrariedade e por abusos do Estado em relação aos civis, aos grupos, aos movimentos sociais e/ou qualquer pessoa/coletivo que fizesse oposição ao governo. Apesar das ameaças e do cenário de medo, diferentes grupos se formaram e fizeram resistência ao arbítrio, dentre eles, o movimento feminista. Os feminismos, nesse momento, estavam sendo constituídos sob forte influência das ideias e pautas que foram trazidas por diferentes mulheres, que retornaram do exílio, na Europa, Estados Unidos e América Latina. Todavia, a maneira de se organizar, no Brasil, diferiu, visto que havia repressão². Com exceção da proximidade com o Cone Sul, que vivenciava ditaduras, os movimentos feministas brasileiros formaram-se sob outras perspectivas que se diferenciavam da Europa e dos Estados Unidos.

Os feminismos brasileiros buscaram dialogar com os movimentos ao redor do globo, mas também, com as esquerdas, no país, tendo em vista que muitas mulheres, que ingressaram nos feminismos, também, integravam grupos de esquerda e exerceram, durante esse período, o que se chamou de “dupla militância”, vinculada tanto aos partidos políticos, que estavam na clandestinidade, quanto ao movimento feminista. Essas questões contribuíram para que os feminismos se apresentassem de maneira

¹ O texto é fruto da minha dissertação de mestrado, defendida, em 2020, pela Universidade Federal do Ceará.

² Ver: PEDRO, J. M. *Corpo, prazer e trabalho*. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 238-259; PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011.

diversa, posto que a ligação com as esquerdas e junto a outros movimentos sociais fizeram com que diversas pautas entrassem para o debate e dialogassem diretamente com as questões abordadas pelos feminismos.

Nesse aspecto, foi que analisamos a constituição da União das Mulheres Cearenses e o Grupo 04 de Janeiro³, no Ceará, bem como suas influências, no movimento de mulheres, o diálogo com a esquerda, no período, mas também, de que maneira a ditadura militar percebeu esses grupos e instalou sobre eles uma vigilância e um controle das ações realizadas, buscando identificar participantes, quais as principais lideranças e as pautas abordadas nas reuniões. De maneira mais ampla, os agentes da ditadura tentaram compreender os feminismos, que surgiam no Brasil, a fim de exercer controle e vigilância sobre os referidos. As fontes utilizadas foram os relatórios produzidos pelos agentes de segurança do Sistema Nacional de Informações (SNI), os documentos elaborados pela UMC, o estatuto e as resoluções de Congressos e as entrevistas feitas com ex-militantes que integraram a União das Mulheres e, posteriormente, o grupo 4 de Janeiro.

A maneira mais eficaz de vigilância foi encontrada, pelos militares, a partir da criação do Sistema Nacional de Informação. Esse órgão foi criado, em 1964, pelo militar Golbery do Couto e Silva e teve por intuito atuar na coleta de informações e ser um mecanismo relevante, para os militares, no controle e na vigilância das organizações e indivíduos contrários à ditadura. O órgão colaborava com o levantamento e, posteriormente, com a perseguição e prisão de oponentes ao regime. O SNI foi a maneira de intensificar o controle sobre as organizações de esquerda e, conseqüentemente, os feminismos, tendo em vista que foram produzidos 390 relatórios acerca dos movimentos feministas brasileiros e 91 relatórios sobre a UMC⁴. Assim, os feminismos foram vigiados e controlados de perto pelos agentes, que buscaram não apenas exercer controle sobre as organizações, mas apreender sobre a sua formação. Ademais, o SNI estava estruturado em duas vertentes: a coleta de informações e a produção da contrainformação. A primeira consistia em levantar o maior número de dados sobre organizações/grupos e/ou indivíduos suspeitos de atividades de “subversão” e a

³ Situamos que ambos os grupos analisados, na pesquisa, eram compostos, em suma, por mulheres brancas, de classe média e com alta escolaridade. O debate de raça, por exemplo, era esvaziado nesses movimentos, assim como, os das sexualidades dissidentes.

⁴ Esses dados foram levantados, a partir de palavras-chave, no site do Arquivo Nacional, o qual dispõe de mais de 2.000 ficheiros digitalizados sobre a documentação produzida pelo Sistema Nacional de Informações.

segunda tinha por intuito barrar a comunicação entre os diferentes grupos de oposição à ditadura.

A União das Mulheres Cearenses e o Grupo 4 de janeiro: vigilância, controle e ação.

Durante a ditadura militar brasileira, diversos grupos de resistência foram formados, mesmo de modo clandestino, esses movimentos realizavam ações de combate ao regime e aos militares. Fosse na luta armada ou não, nas guerrilhas⁵ urbanas e rurais, as organizações de esquerda buscaram resistir à autoridade da ditadura. Nesse cenário hostil aos manifestantes, grupos de mulheres foram sendo formados, aos poucos, ao longo das décadas de 1970 e 1980. De início, surgiu o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), o qual foi fundado em 1975. No Ceará, o núcleo do MFPA, tendo surgido em 1976, foi o terceiro a ser criado no país, tendo como principal bandeira: a anistia para os presos políticos no país, sendo liderado por mães, esposas, filhas e outras mulheres que se mobilizaram em torno das pautas. O MFPA exerceu forte atuação contra os militares e conseguiu mobilizar setores da sociedade civil. De acordo com Ana Rita Duarte:

O MFPA foi fundado por Therezinha Godoy Zerbini, esposa de general atingido pela repressão do golpe militar de 1964, iniciado por dez mulheres de classe média, entre profissionais liberais, estudantes e intelectuais. O MFPA expande-se pelo país, com núcleos e atinge outras classes sociais. Sua importância não se deve tanto ao número de participantes, mas à repercussão do movimento de contestação na época em que manifestações eram estritamente proibidas. (DUARTE, 2012, p.60).

Utilizando-se de diferentes manobras, o MFPA conseguiu se posicionar com um pouco mais de autonomia quando comparado a outros movimentos. Isso ocorreu, porque as militantes empregaram o chamado *jogos de gênero*⁶, que consistia em utilizar estereótipos que reforçavam o papel social das mulheres na sociedade, as quais eram vistas como mães, esposas e donas de casa, preocupadas com a família e “guardiãs do lar”. Os agentes da ditadura, muitas vezes, não deram credibilidade ao movimento e, de certa forma, não impediram as manifestações que foram realizadas. O grupo era encarado como algo que não representava ameaça à ditadura, posto que eram, apenas,

⁵ Ver: ANGELO, Vitor Amorim. **Ditadura Militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. Tese- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

⁶ Ver: DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da Memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

mulheres reivindicando seu papel social de mãe e de esposa. Ainda de acordo com Duarte (p. 39, 2012): “as mulheres instrumentalizaram o gênero a seu favor, uma vez que os homens enfrentam situação de vulnerabilidade maior diante da repressão”. Com o MFPA, já observamos a dubiedade dos militares, diante dos movimentos de mulheres, e o quanto isso iria, também, reverberar para os movimentos feministas que surgiram um pouco depois.

A União das Mulheres Cearenses (UMC) foi uma entidade criada, em 1979, em decorrência do fim do MFPA, posto que algumas mulheres que integravam esse movimento decidiram permanecer organizadas, mesmo após o decreto da Lei de Anistia. Dessa forma, fundaram a UMC, essa é considerada a primeira organização feminista do Estado do Ceará e contou com mais de 1.600⁷ mulheres associadas ao longo da década de 1980. A efervescência, gerada pelo MFPA, deu fôlego para outros movimentos, e, ao mesmo tempo, apresentou estratégias de ação para que mulheres conseguissem se organizar apesar da repressão. A UMC foi um grupo que se destacou no Estado, não apenas pelo número de mulheres que compunham o seu quadro, mas também, pelas ações desenvolvidas e as articulações feitas, em diálogo, com outras organizações da esquerda. Sob a liderança de Maria Luiza Fontenele, Rosa da Fonseca e outras, no Ceará, a UMC foi crescendo e realizando atos, congressos, reuniões e passeatas, em torno de demandas feministas, assim como, das chamadas pautas gerais, que envolviam questões como combate à ditadura e à luta de classe, predominantemente.

O delineamento da natureza da noção político-feminista da UMC, constitui-se, nos seus primeiros passos, numa vinculação tênue às reivindicações especificamente feministas, fato que sugere serem as atribuições que compõem uma entidade feminista, neste caso, erigidas como ‘apêndice’ da luta política mais geral (VITORINO, 1994, p.120).

Nesse aspecto, observamos que a UMC se constituiu entre o limbo das demandas feministas e das lutas gerais e buscou dialogar com ambas. Não foi um processo fácil para o movimento de mulheres manter a organização, haja vista que além da repressão militar, havia a resistência da esquerda, pois vários companheiros encaravam o movimento feminista como algo que enfraquecia e dividia a luta geral. Assim, consoante Duarte:

⁷ VITORINO, Grace Troccoli. **Feminismo e Pós-feminismo**: a dupla tessitura das relações de gênero. 1994, recurso impresso, (157 p.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades I, CE, 1994.

[...] as dificuldades enfrentadas pelo feminismo para sua organização e expressão num momento de repressão diante dos agentes do regime, mas especialmente os problemas em impor suas reivindicações no campo da esquerda, liderada majoritariamente por homens, tendo suas pautas sido consideradas divisionistas. (DUARTE, 2019, p.02).

Ou seja, os feminismos que surgiram, nesse momento, tiveram que lidar tanto com os militares, quanto com companheiros que desacreditaram em suas pautas. Talvez, isso seja uma das explicações que justifiquem o fato de a UMC ter se aproximado de Partidos da esquerda e de ter mantido o diálogo com as lutas gerais, buscando agregar diferentes pautas nas suas ações. Segundo o Estatuto⁸ da UMC (Art. 2º), aprovado em março de 1981, essa dialogicidade das pautas gerais e específicas já era prevista, posto que a organização buscou: “atuar juntamente com as outras entidades e movimentos sociais na luta por melhores condições de vida e liberdade”.

O que de um lado buscou agrupar, por outro, causou descontentamento, em diferentes membros da entidade, fazendo com que algumas mulheres rompessem com a UMC, no início dos anos de 1980, e fundassem o Grupo feminista 4 de janeiro. A cisão de grupos ocorria com frequência, durante a ditadura, tanto em partidos políticos da esquerda, quanto nos feminismos, já que o processo de identificação, de proximidade ou distanciamento de ideias eram alguns dos fatores que influenciaram nessas divisões,

Disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985. Essa luta envolvia, para uns, as dicotomias entre “lutas gerais e lutas específicas”, de um lado, e entre “verdadeiramente feministas e não-feministas”, de outro (PEDRO, 2006, p. 250).

A busca por uma “legítima identidade feminista” demonstra o quanto esses grupos, que surgiram nas décadas de 1970 e 1980, buscaram se firmar no campo dos feminismos ditos de *Segunda Onda*⁹. Compreendemos aqui a crítica que há a essa teoria das *Ondas*¹⁰, nos feminismos, mas utilizamos o termo, tendo em vista a produção bibliográfica utilizada na pesquisa. Na busca por identificação, algumas mulheres

⁸ O Estatuto da UMC foi aprovado, em 08 de março de 1981, e registrado em cartório. O documento abordou a maneira de organização da entidade, visto que trazia regras de eleição para diretoria, para o conselho de representantes e para os departamentos que iriam compor a UMC, além disso, trazia, também, em seus artigos, a missão, os objetivos e os princípios defendidos pela organização. A cópia do Estatuto foi encontrada anexa à dissertação de mestrado, defendida em 1994, por Grace Trocolli Vitorino, disponível para consulta local na Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará (UFC).

⁹ Ver: PEDRO, J. M. *Corpo, prazer e trabalho*. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 238-259.

¹⁰ Ver: HEMMINGS, Clare. *Contando histórias feministas*. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.

acabaram saindo de seus partidos políticos, em busca de organizações feministas, assim como, migraram dentro das próprias entidades feministas que se organizavam no período. Nilze Costa e Silva¹¹ afirmou: “o que me levou foi isso. Era uma questão de objetivo, de achar que os objetivos de um grupo, não digo superiores. Mas, tinham mais a ver com o que eu pensava sobre o feminismo”. Nilze abordou, na entrevista, o que a fez se aproximar do Grupo feminista 4 de janeiro e a romper com a UMC, segundo ela, os objetivos do primeiro dialogavam mais com o que ela acreditava no período.

Esse processo de identificação demarcou espaços de disputas em diferentes movimentos. A ação política, em torno das identidades, constituiu um campo de narrativas em busca da legitimidade, tendo em vista que cada grupo procurava se firmar e se estabelecer, no cenário, mas, essas mesmas disputas narrativas, em torno da “legítima” identidade feminista, podem ser encaradas como aspecto da multiplicidade e fluidez que compõem as identidades em si, no que tange à percepção de si pelo outro e na constante formação do *per si*. Nesse sentido, conforme aponta Hall (2000, p. 106) “a identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobre-determinação, e não uma subsunção”. Nesse aspecto, a ruptura de integrantes da UMC, para a formação de outro grupo (4 de Janeiro), ocorreu no campo das divergências de ideias e de identificações com as discussões propostas, além disso, algumas integrantes discordavam do modelo de organização proposto pela UMC, com direção, departamentos e conselho de representantes. Ainda, de acordo com Nilze Costa e Silva, os feminismos: “não precisam dessa burocracia, ter uma diretoria, ter o secretário”. Essa burocracia, narrada pela ex-integrante da UMC, demonstra insatisfação em relação ao modelo de gestão adotado pela entidade e se apresenta como fator que não gerou identificação. Ademais, aponta o debate para as disputas narrativas do que constituiria ou não os feminismos.

A compreensão, em torno do que significava o movimento feminista, também, integrou as discussões sobre permanecer ou não em uma entidade. Conforme abordamos acima, o próprio modelo organizativo, por exemplo, da UMC foi criticado e fez com que algumas militantes não sentissem identificação com aquele modo de estruturação. Verônica Guedes¹² afirmou: “não vejo problema do grupo feminista ter suas lideranças formalizadas, o que eu vejo problema é que queira abranger todas as

¹¹ Nilze Costa e Silva integrou a UMC e, posteriormente, o Grupo 4 de Janeiro. A entrevista foi realizada dia 28 de agosto de 2018, em Fortaleza-CE.

¹² Verônica Guedes integrou a UMC, posteriormente, foi uma das fundadoras do Grupo 4 de janeiro junto com Maria Lilian Coelho de Oliveira. Entrevista realizada dia 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE.

questões, centralizar e começar fazer papel dos outros fóruns sociais, que já existem”. Nesse sentido, os relatos de Verônica Guedes e Nilze Costa e Silva dialogam no que tange à compreensão do que elas entendiam como função dos grupos feministas e do que dizia respeito a grupos de esquerda. Mais uma vez, há uma tentativa de demarcar o que se configuraria ou não como grupo feminista, levando-se em consideração as críticas que as ex-militantes fizeram à UMC por agregar as chamadas pautas gerais em suas bandeiras de luta.

Analisamos que a União das Mulheres Cearenses, buscou dialogar com pautas mais gerais, que vinham sendo apresentadas pela esquerda como um todo. A necessidade de se discutir questões ditas mais específicas foi uma demanda de diferentes mulheres e dos feminismos, mas isso, também, colocou em disputa o campo narrativo, em torno das pautas, visto que as organizações feministas do período buscaram manter em acordo as demandas gerais e específicas, assim, a UMC embarcou, nessa linha tênue, e tentou conduzi-las, o que agregou mulheres de diferentes setores sociais, mas, ao mesmo tempo, dispersou outras, que não coadunaram com essa postura da entidade. Nesse aspecto, a UMC previa em seu Estatuto:

Contribuir com a participação efetiva da mulher em instituições de representação social tais como: conselhos de moradores, associações profissionais, sindicatos, partidos políticos e todas aquelas que digam respeito a organização e administração da vida pública e sociedade civil (Art. 3º, Estatuto da UMC, 1982).

O diálogo da UMC com outras entidades, como as citadas no artigo 3º do Estatuto, demonstra a tentativa de conciliação das demandas ditas gerais com as pautas abordadas pelos feminismos. Ressaltamos, também, a proximidade de diferentes integrantes da UMC com o Partido Revolucionário Comunista (PRC), mulheres que militavam tanto pelo partido político, quanto pela entidade feminista. Participar de partidos políticos e de grupos feminista foi algo corriqueiro, nesse período, de acordo com Joana Pedro (2013, p. 252): “a presença de mulheres em grupos de esquerda chegou algumas vezes a configurar uma ‘dupla militância’, já que elas levavam para esses grupos ideias extraídas do movimento feminista”.

A relação da UMC com o Partido Revolucionário Comunista (PRC), também, foi um fator que pode ter influenciado as tensões e fissuras na organização, de acordo com Fátima Carvalho¹³:

¹³ Fátima Carvalho integrou a União das Mulheres Cearenses, mas rompeu com a entidade quando saiu do Partido Revolucionário Comunista. Entrevista realizada dia 17 de maio de 2018. Fortaleza-CE.

[...] o movimento de mulheres tinha por trás o antigo PRC, que era o Partido Revolucionário Comunista, do qual eu fiz parte, mas eu também saí por discordar de muitas coisas, eu fui praticamente expulsa assim, mas eu pedi pra sair também com uma carta, porque eu discordava dos métodos e discordava também da política e daí eu tive que sair da União das Mulheres Cearenses, por movimento do partido.

A influência do Partido junto à UMC demonstra a discussão acerca da dupla militância, visto que as mulheres estavam vinculadas a partidos políticos, a grupos feministas e às tensões sobre essa tentativa de conciliação de militância. No caso de Fátima Carvalho, a saída do partido político representou, também, deixar a entidade feminista, tendo em vista a aproximação e influência de membros do partido na UMC, segundo a entrevistada. Podemos questionar até que ponto a dialogicidade entre o partido e a UMC tolheu a entidade feminista e/ou agregou as suas pautas, pois há divergências em relação à influência partidária junto a organizações feministas, para Grace Vitorino¹⁴: “havia esse diálogo, havia contribuição dos companheiros, que não estavam, lógico, na UMC, mas que colaboravam muito conosco nos encontros e tudo mais. Foi um momento de muito aprendizado coletivo”. Mais uma vez, observamos as diferentes formas de compreender os feminismos, no período, e o processo de identificação.

A formação do Grupo 4 de janeiro foi em decorrência, também, dessa insatisfação da proximidade da UMC com o PRC e da maneira como a União das Mulheres organizou sua estrutura, dividindo em diretoria, departamentos e conselho de representantes. Segundo Nilze Costa e Silva: “eu sempre fui contra esses movimentos terem uma diretoria, eu acho que esses movimentos, eles são... Muito autônomos”.

As mulheres que fundaram e integraram o novo grupo (4 de Janeiro), em 1982, disputavam a narrativa do que diferenciaria um grupo feminista de um grupo de mulheres. Havia a tentativa de marcar posição em torno dessas disputas. Ao romper com a UMC, as entrevistadas narraram a insatisfação com a estrutura da organização, a proximidade com partidos políticos e buscaram se diferenciar desse modelo adotado pela União das Mulheres. A disputa discursiva, em torno dos feminismos, está inserida no processo de constituição identitária coletiva e individual, que os grupos e as mulheres buscaram, nesse período.

¹⁴ Grace Troccoli Vitorino integrou a UMC, na década de 1980, produziu sua dissertação de mestrado sobre a entidade, defendida em 1994, pelo Centro de Educação da Universidade Federal do Ceará. Entrevista realizada dia 08 de março de 2019. Fortaleza-CE.

Desse modo, a tentativa de apresentar-se como um movimento realmente feminista foi um espaço de disputa para vários grupos e mulheres, que buscaram, a partir das diversas narrativas, dialogar com as demandas feministas e demonstrar o caráter político das organizações. A linguagem, nesse sentido, contribuiu na constituição de uma identidade feminista coletiva, mas também, individual dessas militantes e permitiu o acesso aos campos de ações políticas e experiências sociais, a partir da militância. Dialogamos com o conceito de experiência, conforme Joan Scott (1998, p. 304), que diz:

Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado.

Assim, essas mulheres foram produtoras de ação, mas também, constituíram-se a partir desse ato de experienciar, em um processo contínuo. Os sujeitos foram, portanto, constituídos e constituidores de uma ação política feminista. A militância, nas organizações de esquerda, e, posteriormente, nos grupos feministas, colaborou com a construção identitária. De acordo com Verônica Guedes¹⁵, os feminismos representavam: [...] "Uma ideia mais libertária de uma construção de uma identidade, de afirmação, na verdade, de construção não, de afirmação da nossa identidade como mulher". Assim, o processo de construção identitária estava relacionado, diretamente, a identificar-se ou não com as pautas/discussões sugeridas, essa questão dialoga com a perspectiva de uma dita identidade feminista, que estava no campo da disputa narrativa, abordada nas entrevistas, além disso, tensiona, também, os usos da categoria mulher¹⁶, nesse período, e o que essa categoria poderia representar.

Isso não significa dizer que foi necessário pensar primeiro em uma identidade feminista e depois se tornar sujeito de ação, segundo Butler: "o raciocínio fundacionista da política da identidade tende a supor que primeiro é preciso haver uma identidade, para que os interesses políticos possam ser elaborados, e, subsequentemente, empreender a ação política" (2017, p. 245). Com isso, buscamos analisar que o processo ocorreu de maneira concomitante, à medida que as mulheres se identificavam e se constituíam, enquanto sujeitos do feminismo, elas empreendiam uma ação política; a

¹⁵ Entrevista realizada dia 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE.

¹⁶ Ver: BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismos e subversão da identidade**. 15ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

própria construção de si, a percepção se dá a partir de atravessamentos de ações e do *agir*.

A militância dessas mulheres esteve marcada por diferentes processos, tais como: a integração aos grupos de esquerda, a identificação com movimentos feministas e as rupturas com partidos e organizações, mas também, a perseguição e vigilância da ditadura militar. Nesse último aspecto, os agentes militares desempenharam um papel de vigiar as ações, a comunicação e as informações sobre a esquerda em geral, buscando compreender a formação de coletivos, perceber quais eram as demandas e discussões abordadas, identificar lideranças e impedir atividades dos grupos. Assim, os movimentos feministas, também, foram vigiados pelo Estado, tiveram suas atividades colocadas sob suspeita e a realização de reuniões, congressos e atividades foram observadas de perto pelos agentes. De acordo com Verônica Guedes¹⁷: “no dia lá do lançamento da União das Mulheres Cearenses, no processo de reunião, votação, aquela assembleia, aí se descobriu que tinha uma mulher lá que era infiltrada, que era da polícia e a mulherada botou ela pra fora debaixo de grito”. A vigilância ocorria por meio da infiltração de alguma agente nos eventos realizados pelas entidades.

O Relatório Especial de Informações(REI)¹⁸ produzido, em 1983, e distribuído pelo Centro de Informações do Exército, analisava as entidades feministas, com o intuito não, apenas, de vigiar, mas também, de compreender a organização dos feminismos e as pautas abordadas, descrevendo quais as eram as pretensões almejadas pelo movimento, ou seja, não se tratava apenas de um controle em si, visto que havia uma coleta de informações específicas que visava o entendimento do debate, consoante:

As entidades feministas, em suas reuniões, valorizam o debate como um elo de integração entre procedimentos metodológicos, já consagrados, e posturas teóricas inovadoras, onde se sobressai o desejo das mulheres em ver a implantação de uma política social igualitária.

O REI/83 foi elaborado com a pretensão de colaborar com o estudo realizado, pelos analistas do regime acerca do movimento feminista, o qual contou com 86 exemplares e foi distribuído nos diferentes órgãos militares. A justificativa, para a elaboração do documento, deu-se, porque: “Nossa intenção, ao elaborar o presente Relatório Especial de Informações é ressaltar o crescimento e a influência do Movimento

¹⁷ Entrevista realizada dia 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE.

¹⁸ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

Feminista, junto à sociedade, e como pode ser ou tem sido explorado por facções ideológicas” (ACE. 59708/83, 1983).

O Relatório explorou, também, a premissa de que os movimentos feministas, que se organizavam, no período, estavam sendo utilizados pela esquerda, semelhante à visão que eles tiveram com relação ao MFPA. Ou o grupo era visto de modo inofensivo ou como manipulado pela esquerda, contudo, essa maneira de visualizar os feminismos, não impediu que os grupos fossem colocados sob vigilância e controle pelos agentes. Pelo contrário, reuniões, congressos e debates foram acompanhados e listados nos relatórios produzidos pelo SNI. Analisamos os relatórios¹⁹, produzidos sobre os três primeiros Congressos realizados pela UMC, todos esses foram acompanhados por informantes do SNI, que produziram sobre as mesas de trabalho, identificando participantes, discorrendo sobre os debates e as pautas apresentadas, até mesmo sobre os desentendimentos e possíveis cisões entre os grupos.

Nos dias 13 e 14 MAR 82, realizou-se em FORTALEZA/CE, no Colégio Oliveira Paiva, de propriedade do vereador JOSE MARIA BARROS DE PINHO (PMDB/CE), o I CONGRESSO DAS MULHERES CEARENSES”, com participação de cerca de 200 (duzentas) mulheres. O programa constou de 4(quatro) temas: "Mulher, Família e Sexo"; "Mulher e Comunidade"; "Mulher e Sociedade"; "Mulher e Trabalho", distribuídos a igual número de grupos, constando cada um de 30(trinta) mulheres, que discutiram questões relacionadas com os temas²⁰.

A análise, em torno desses eventos, demonstrou que a ditadura não estava interessada, apenas, em identificar militantes, mas havia o interesse em compreender a maneira pela qual esses movimentos de mulheres/feministas estavam se organizando e o que eles debatiam. Sabemos que, durante a ditadura, toda e qualquer movimentação contrária ao regime era reprimida e qualquer pessoa poderia tornar-se suspeita. O SNI agiu com o intuito de interceptar qualquer informação que pudesse ser oposta aos militares e que para continuar relevante, nos anos finais do regime, o órgão buscou produzir diversos relatórios, conforme aponta Fico (2001, p. 215):

No início do governo Geisel, diante da ameaça de decadência dos órgãos de segurança, advinda tanto do projeto de “distensão política” quanto da visível fragilidade dos comunistas, o SISSEGIN empenhou-se em “mostrar serviço” e afirmar a necessidade de sua permanência, lançando mão de supostos planos

¹⁹ Os relatórios estão digitalizados e disponíveis no *site* do Arquivo Nacional e compõem o Fundo SNI, o relatório sobre o I Congresso, foi de 1982, consta um total de 17 laudas. O relatório do II Congresso, ocorreu em 1983, com um total de 23 laudas e o relatório do III Congresso foi de 1984, o qual foi produzido dois dossiês do evento, um com 13 laudas e outro com 7 laudas.

²⁰ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

de “tomada de poder” de autoria de uma “frente” de várias organizações comunistas.

Assim, na tentativa de manter-se relevante, os órgãos de informação buscaram “mostrar serviço” ao governo militar, produzindo relatórios em grande escala, que poderiam conter informações verídicas, mas também, questionáveis acerca das organizações e da militância. Isso, todavia, não invalida o fato de que os feminismos foram observados pelos agentes de segurança. Apesar de que o intuito era produzir e gerar informações para o governo. Os movimentos foram acompanhados de muito perto, reuniões com poucas mulheres foram vigiadas, grupos de menor expressão, como o 4 de janeiro, que contava com cerca de 15 mulheres, foram listados e identificados pelos agentes, isso demonstra, em certa medida, o interesse em manter sob o controle e vigilância os feminismos e compreendê-los melhor, fazendo distinção entre os grupos e movimentos estrangeiros.

As feministas brasileiras revêem conceitos e formas de lutas e, hoje, abandonam posições tidas como radicais pelas adeptas do movimento, da década de 60, que culpavam o comportamento do homem pela situação marginalizada e de subalternidade a que estariam sendo submetidas, no âmbito da sociedade²¹.

Os militares buscaram diferenciar os feminismos brasileiros dos estrangeiros, principalmente, dos Estados Unidos e Europa, apontando que os nacionais não seriam radicais e não culpavam os homens pela subalternização das mulheres, isso poderia representar uma forma mais aceitável de feminismo. De acordo com os militares, o chamado feminismo “bom para o Brasil”, que ganhou fôlego, no início da década de 1970, associado ao liberalismo econômico e a uma liberalização da mulher, que ocorria no campo individual, conforme nos diz Goldberg (1987, p. 51):

O que me parece importante frisar é que todo esse processo modernizador de libertação sexual e profissionalização das mulheres se deu dentro de uma perspectiva individualista, competitiva, de êxito pessoal e de ascensão social, onde não havia aparentemente motivos para questionamentos a propósito dos ‘gêneros’ feminino e masculino (graças, inclusive, a existência de empregadas domésticas e da relação de ‘cumplicidade substitutiva’ com certas figuras femininas do universo familiar), ou para uma identificação com outras mulheres que suscitasse qualquer agrupamento ou mobilização coletiva feminina de novo tipo.

Todavia, essa vertente, apresentada pelo feminismo, foi apenas uma das várias que circularam, no período, e acabou sendo apropriada, também, na análise feita pelos

²¹ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

agentes do SNI. É notória a pluralidade que caracterizou e caracteriza os movimentos feministas e, ao mesmo tempo, suas especificidades, os movimentos do Cone Sul, por exemplo, foram diferenciados, pelo contexto ditatorial, pois países como: Brasil, Chile, Argentina e Uruguai estavam experienciando ditaduras quase concomitantes. Os debates apresentados, pelos feminismos nesses locais, foram diferentes e buscaram dialogar com as pautas de combate aos militares e com a luta de classe.

No contexto da América Latina, o feminismo se organizou diante da necessidade de resistir à opressão imposta pelas ditaduras militares que se estabeleceram em diversos países. [...] “O inimigo principal”, o regime político, estava declarado. Mas as feministas resistiam também a outro tipo de opressão, sustentada na desigualdade entre homens e mulheres [...] (WOITOWICZ e PEDRO, 2011, p. 326).

Os feminismos brasileiros, nesse período, diferiam de outros, ao redor do globo, mas era uma questão fundamentada, no contexto sociopolítico em que uma ditadura havia sido instaurada, desde a década de 1960, visto que a esquerda havia sofrido grandes perdas, ao longo dos primeiros anos de enfrentamento ao regime, e o movimento organizado, pelas mulheres, buscava alinhar debates mais gerais e específicos em meio a militância.

Considerações finais

A partir da União das Mulheres Cearenses e da dissidência, que originou o grupo 4 de Janeiro, buscamos demonstrar os conflitos, os discursos, a resistência, mas também, o controle e a vigilância que esses grupos sofreram. Sabemos que há especificidades, mas a tentativa foi analisar, no contexto do Ceará, conexões dos feminismos e interações entre grupos, partidos, assim como, entre as mulheres que atuaram na militância. Tanto a União das Mulheres Cearense, quanto o Grupo 4 de janeiro colaboraram com a história feminista do Estado e do país, demonstrando as possibilidades e tentativas de resistência frente ao autoritarismo.

A partir das fontes produzidas pelas narrativas orais e dos relatórios, elaborados pelo Sistema Nacional de Informações, analisamos o modo de operacionalizar as organizações feministas e a maneira pela qual o regime lançou formas de visualizar os movimentos. Os feminismos, portanto, eram multifacetados, compostos por diferentes mulheres, que buscavam identificar-se e discutir demandas que agregassem às suas expectativas. Foram vistos pelos agentes de segurança ora como algo que servia à esquerda, ora com desconfiança que merecia ser observado de perto. Esses grupos

analisados representam o que foi essa maneira heterogênea e diversa dos feminismos se apresentarem, tentando alinhar discussões mais abrangentes e específicas e resistindo a diferentes opressões, fosse vinda dos agentes da ditadura militar ou de colegas de organização, que viam o debate feminista como divisionista da luta geral. A UMC buscou conciliar demandas feministas e pautas mais gerais. O grupo 4 de Janeiro surgiu em decorrência do descontentamento diante dessa conciliação. Essa pluralidade marcou os feminismos, nesse período, e demonstrou as diferentes formas de tornar-se feminista e as disputas em torno dessa construção identitária.

Referências

ANGELO, Vitor Amorim. **Ditadura Militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) -Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2011.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismos e subversão da identidade**. 15ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Sob vigilância: os movimentos feministas brasileiros na visão dos órgãos de informação durante a ditadura (1970-1980)*. **Anos 90**. Porto Alegre, v.26, p. 01-17, 2019.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOLDBERG, Annete. Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante. 1987, 217f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ. 1987.

HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HEMMINGS, Clare. *Contando estórias feministas*. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.

PEDRO, J. M. *Corpo, prazer e trabalho*. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 238-259.

PEDRO, J. M. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez. 2006.

SCOTT. J. W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, v.16, p. 297-325, fev.1998.

VITORINO, Grace Trocolli. **Feminismo e Pós-feminismo**: a dupla tessitura das relações de gênero. 1994, recurso impresso, (157 p.). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades I, CE, 1994.

WOITOWICZ, K. J; PEDRO. J.M. *Nas ruas e na imprensa: mulheres em movimento durante as ditaduras militares no Brasil e no Chile*. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p. 325-352.

Sarah Pinho da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina,
doutoranda em História.

Currículo

Lattes:<http://lattes.cnpq.br/7012253864953591>

Artigo recebido em: 20 de setembro de 2021.

Artigo aprovado em: 14 de setembro de 2021.